A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: BREVE RELATO

Eixo 5: Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva

Autora: Catarina Rodrigues

E-mail: catarina.rodrigues@ufms.br

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Introdução

A educação tem sido, ao longo da trajetória humana, fator preponderante para a adaptação e progresso das sociedades. Houve mudanças, desde tempos remotos, em que o saber era repassado entre gerações de forma oral até aos dias contemporâneos, com salas de aulas digitais e políticas públicas globais, definidas por organismos internacionais (UNESCO, Banco Mundial e OCDE), que orientam sistemas de ensino em todo o mundo.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), conhecida como "Constituição Cidadã", prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração de toda a sociedade. Assegura, em seu artigo 206, inciso I, o princípio da igualdade de condições para a permanência e acesso aos espeços educacionais, garantindo o direito à educação às pessoas com deficiência.

A Lei N. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que regulamenta o sistema educacional brasileiro, estabelece em uma de suas modalidades a educação especial, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e em seu artigo expressa, dentre outros itens, que os sistemas de ensino assegurem ao estudante com deficiência - EcD, apoio/adequação em relação a currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e docentes com especialização adequada.

Em 2025 o Governo Federal instituiu nova Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, pelos Decretos N. 12.286/2025 e N. 12.773/2025 (este último complementar ao anterior).

Os princípios da nova legislação: o reconhecimento da educação como direito universal e público; a garantia de igualdade de oportunidades e condições de acesso; a promoção da equidade e valorização da diversidade humana; o combate ao capacitismo e à discriminação e a garantia de acessibilidade e desenvolvimento de tecnologias assistivas.

E como diretrizes: a colaboração entre União, estados e municípios; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; e a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente em escolas comuns. Destaca-se como importante o marco da transversalidade, pois esboça, ao estudante com deficiência com aspiração ao ensino superior, futuro apoio aos seus estudos.

No Brasil, o ingresso de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior tem avançado significativamente, desde meados das décadas de 1990, culminando com o advento da Lei 13.409/2017, que dispôs sobre reserva de vagas para este público.

Tem-se constatado que o aumento no quantitativo de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior faz com que haja maior atenção, por parte de trabalhadores docentes e de técnico-administrativos, ao processo de inclusão destes acadêmicos, o que tem permitido avanços no conhecimento científico e mudanças institucionais (Queiroz, 2023).

Assim, o objetivo desta pesquisa é o de conhecer as ações implementadas em favor do processo didático pedagógico desenvolvido pelas instituições de ensino superior em prol da permanência dos estudantes com deficiência; refletir sobre estes conhecimentos e contribuir com a sua propagação.

Metodologia

Trata-se de revisão bibliográfica, cunho qualitativo, em que se permite analisar o conhecimento produzido e, posteriormente, construir uma síntese dos principais estudos, para reunir os resultados sobre um tema delimitado.

A pesquisa foi realizada no ambiente virtual de acesso público Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), com os descritores: “permanência”; “deficiência”; “ensino superior”. Não foram aplicados outros filtros de seleção na consulta.

Foram encontradas vinte e oito publicações e, destas, onze foram excluídas da análise porque o seu conteúdo, apesar de contemplar os descritores, não corresponderam ao interesse da pesquisa. Assim, do total incial, dezenove trabalhos foram considerados aptos a uma análise mais pormenorizada para extração de dados para este levantamento.

O que se buscou, na leitura dos resumos, foi verificar informações quanto aos apoios que poderiam contribuir à permanência do estudante com deficiência no ensino superior.

Discussão dos dados

Com os dados obtidos buscou-se classificá-los em dois eixos temáticos que foram denominados:

1. **Práticas pedagógicas específicas de apoio**: ações de apoio junto aos estudantes com deficiência e outros atores a eles relacionados, consideradas bem avaliadas. Apenas dois trabalhos corresponderam a esta classificação, ambos publicados em 2025. O primeiro deles, de Pinheiro & Bentes, intitulado *A monitoria acadêmica como instrumento de promoção da inclusão no ensino superior* apresentaram programa de monitoria acadêmica como instrumento de inclusão, considerado bem avaliado pelos estudantes, apesar do viés capacitista, informado pelas pesquisadoras. O segundo, denominado *Acessibilidade como um campo transdisciplinar de estágio: práticas disruptivas e inventivas na formação universitária* foi uma ação institucional transdisciplinar denominada “Estágio em Acessibilidade”, de Muccini. Bem avaliado, apesar da recusa em alguns setores da IES em adotá-lo como prática.

2. **Investigação/levantamento de apoio**: neste eixo foram inseridos todos os dezessete trabalhos restantes, caracterizados como manejo de pesquisa para obter informações sobre apoio a estudantes com deficiência nas IES, como segue.

2.1. Entrevistas: foram treze pesquisas que apresentaram entrevistas utilizadas como recurso para conhecer as considerações dos estudantes quanto ao apoio recebido principalmente aos seus estudos nas instituições. Nas respostas, apresentadas aqui de

forma muito resumida, constaram: barreiras arquitetônicas; falta de material adaptado; falta de capacitação docente e barreiras atitudinais.
-Autores: Silva & Galizia, 2025; Silva & Pimentel, 2022; Bonfim & Mól & Pinheiro, 2021; Pereira & Faciola, 2020; Branco & Almeida, 2019; Brunhara *et al.* 2019; Garcia & Bacarin & Leonardo, 2018; Almeida & Ferreira, 2018; Calheiro & Fumes, 2016; Castro & Almeida, 2014; Guerreiro & Almeida & Filho, 2014; Moreira & Bolsanello & Seger, 2011; Manente& Rodrigues & Palamim, 2007.

2.2. Investigação documental: foram quatro trabalhos neste eixo. Três apontaram que as instituições de ensino superior ainda precisam investir em proporcionar estruturas físicas adequadas e recursos materiais acessíveis. E um deles refletiu sobre a contribuição favorável do terapeuta ocupacional na equipe de apoio ao estudante com deficiência.
- Autores: Silva *et al.*, 2025; Santos, 2024; Silva & Pimentel, 2021; Nogueira & Oliver, 2018.

Resultados

Este trabalho teve por objetivo conhecer, por meio de uma breve revisão bibliográfica, que ações didático pedagógicas as instituições de ensino superior brasileiras tem disponibilizado aos estudantes com deficiência para garantir aprendizagem efetiva, com acessibilidade e inclusão.

Sabe-se que o quantitativo de acesso ao ensino superior por pessoas com deficiência tem sido crescente nas últimas décadas e nem todas as instituições estão preparadas para recebê-las, como apontam os resultados encontrados.

As entrevistaram apontaram que ainda falta o mínimo para que estudantes possam, com acessibilidade, conquistar autonomia em seus estudos. Por mínimo entenda-se materiais acessíveis, professores capacitados, eliminação de barreiras arquitetônicas...

Por outro lado, necessário destacar as atividades que aqui denominamos como "práticas pedagógicas específicas de apoio" (monitoria e estágio em acessibilidade), como boas iniciativas que podem ser replicadas e adaptadas, de acordo com a realidade de cada local. Com certeza há outras, que podem ser conhecidas em estudos futuros.

Por fim, espera-se que a implementação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva **nas instituições**

de ensino superior favoreçam práticas de acessibilidade e inclusão que colaborem com a permanência do estudantes com deficiência e sua futura diplomação.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04. maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 maio 2026.

QUEIROZ, Christina. **O direito à divergência: mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, ed. 326, abr. 2023